



# Anais da Assembléia

Nº 32

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1993.

ANO XLX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arelindo Adelfino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Aigaci Osmário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Gulomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 002/93

DATA: 12 de abril de 1993.

SÚMUA: Revoga a Resolução n° 047/90, de 03 de julho de 1990, que autorizou a realização de plebiscito na área que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica revogada a Resolução n° 047/90, de 03 de julho de 1990, em decorrência da Lei n° 9.958, de 27 de abril de 1992 e da existência da Resolução n° 007/92, de 30 de março de 1992.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.04.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Júlio Bifon.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bora Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Carlos Simões, Neivo Beraldin e Rossoni (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a

proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OF. N° 066/93-SCE

Senhor Presidente.

Acuso o recebimento do Ofício n° 1651/92/DA/CEA/SC, dessa Assembléia Legislativa, e reitero a Vossa Excelência os termos do Ofício n° 139/92-SCE, datado de 22 de junho de 1992.

Para melhor compreensão, encaminho, em anexo, cópia do expediente acima citado.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.04.93

(a) MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

Presidente do Superior Tribunal de Justiça

OFÍCIO N° 1749/93

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 14/04, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14.04.93

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.04.93

(a) JÚLIO BIFON

REQUERIMENTO N° 828

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM que, de acordo com disposição regimental, a Proposição 005/93 seja votada em separado, bem como a Proposição

n° 009/93.

Sala das Sessões, em 14.04.93

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido do Plenário, REQUER destaque do Projeto de Lei n° 277/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o dia do engenheiro de segurança no trabalho.

Sala das Sessões, em 14.04.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votação em bloco para as Proposições n°s 001, 002, 003, 004, 005 e 006/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

## REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, autorização para ausentar-se do País por nove (09) dias para participar da IV Convenção Latino Americana de Intercâmbio Cultural.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) DALTON MACHUCA

## REQUERIMENTO N° 831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Fernando da Gama e Souza, ocorrido dia 05.04.93.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade, faleceu em data de 05.04.93, nesta Capital, o ex-Deputado Federal Fernando da Gama e Souza que deixou viúva Dona Clélia Silva da Gama e Souza e 02 filhos.

O passamento de Fernando da Gama e Souza veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Fernando.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Fernando da Gama e Souza e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Senhor, abençoei a família Gama e Souza para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Fernando sob a sua constante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gama e Souza, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que todos conforte.

## REQUERIMENTO N° 832

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando condolências pelo falecimento do Senhor Antonio de Almeida Barros, à sua família, residente na Rua Santos, n° 1043, ap. 704, Centro, município de Londrina, neste Estado.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) EMILIA BELINATI

## JUSTIFICATIVA:

A manifestação do presente voto de pesar deve-se ao fato do Senhor Antonio de Almeida Barros, falecido na cidade de Londrina, na data de ontem, ser antigo e estimado morador da cidade.

Pioneiro no comércio com o café, chegou a Londrina em outubro de 1938, onde iniciou o beneficiamento e venda de café e arroz, sendo um dos primeiros exportadores do ramo no Estado.

Casado com a Senhora Olanira Niero de Barros, tiveram 03 filhos: Fernando Carlos de Barros, Sérgio Roberto de Barros e Eduardo Cesar de Barros, que lhes deram 08 netos.

REQUERIMENTO N° 835

SÚMULA: Requer seja solicitado ao Secretário dos Transportes, a pavimentação da Av. Brasília até a Penitenciária Central do Estado, bem como nas ruas onde circula o transporte coletivo na Vila Macedo, em Piranguara.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Secretário dos Transportes e órgãos competentes a pavimentação do trecho citado na súmula do presente.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato de que o alto fluxo de transeuntes nos trechos acima citados, merece a melhoria das condições, pois atualmente torna-se até mesmo perigoso trafegar nos mesmos, devido as precárias condições em que se encontram.

Esperamos poder contar com o apoio dos nobres Pares desta ilustre Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Secretário da Segurança Pública, Of. Viatura policial para a subdelegacia de Alto Maracanã, no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 14.03.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato de que o Bairro de Alto Maracanã, onde está instalada a subdelegacia de Polícia, têm alto índice de criminalidade, e a viatura lá existente não apresenta condições de uso, conforme exigências da própria Polícia Militar.

E além disso, o referido bairro contém um elevado contingente de habitantes, que merecem toda nossa atenção.

E para tanto, contamos com o apoio dos ilustres Pares da Casa.

REQUERIMENTO N° 833

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, se oficie ao Senhor Secretário de Segurança Pública Moacir Favetti e ao Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, Dr. Douglas Haquim, a fim de que seja colocado um maior número de pessoas para o atendimento público nas solicitações feitas na sede do Instituto, nas dependências da 13.<sup>a</sup> subdivisão policial.

Além de acanhado e pequeno o local, as

filas vão até para fora do prédio, estando as pessoas sujeitas ao sol, à chuva e a outros desconfortos.

Se um número maior de pessoas estivessem à disposição da população da cidade e região dos Campos Gerais, que procuram sua identidade naquele órgão, o seu funcionamento seria melhorado, pois apesar de todo o empenho feito pelos funcionários existentes, a demanda sempre cresce e necessita urgentemente de pessoal a mais para a solução desse problema.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Secretário da Justiça, José Tavares, o estado em que se encontra o Presídio Santa Maria, na Cidade de Ponta Grossa.

Presídio este construído com capacidade para 90 (noventa) presos, encontra-se hoje com mais do dobro de sua capacidade, pois presos de Londrina, e outras comarcas foram deslocadas para o Santa Maria, fazendo com que a segurança naquela cadeia fique comprometida com um número de presos acima do normal. Pois o presídio foi construído com uma lotação para a sua funcionabilidade e agora está na iminência de acontecerem fatos que poderão ser evitados se os presos que ali foram despejados, voltarem às suas origens ou sejam encaminhados à penitenciária.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor NIZAN PEREIRA ALMEIDA, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a viabilidade de doação de uma ambulância para o Departamento Social da Prefeitura Municipal de Sarandi.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista que a população do Município de Sarandi é composta por mais de sessenta por cento de pessoas carentes, que necessitam diariamente do citado Departamento, que não dispõe de condições necessárias ao atendimento destes.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Dr. JOSÉ MOACIR FAVETTI, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de tomada de providências urgentes para o reequipamento da Delegacia de Polícia de Sarandi, providenciando recursos humanos (pessoal especializado) e recursos materiais (viaturas) para que possa ser coibida a violência que vem se verificando naquela cidade.

A população daquela cidade se encontra totalmente desprotegida e em pânico entre a onda de assaltos, arrombamentos, crimes violentos e toda a sorte de violência que vem ocorrendo cada vez em maior escala, dada à falta de recursos disponíveis pela polícia local, que desaparelhada, não tem condições evidentemente, de reprimir tais fatos.

Pelas razões expostas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado de Segurança Pública, a tomada de medidas o mais urgente possível.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar a pavimentação asfáltica na rodovia que liga o Município de Paiçandu ao Município de Ourizona.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que o tráfego em condições precárias, está prejudicando os moradores da região, principalmente em dias chuvosos, e esta obra irá facilitar, principalmente o escoamento da produção para os centros consumidores.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, no sentido que este envie os estudos necessários à construção da indústria de suco de laranja, no Município de Paranavaí, CITROCOOP.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar manifesta sua inquietação, em face dessa idéia, quanto à diversificação agrícola na região, bem como acredita que a industrialização do suco de

laranja, será um dos produtos para a reedificação de todo o noroeste do Paraná, que teve sua condição econômica comprometida com a erradicação da cafeicultura, sendo que com esta liberação de recursos se criará uma expectativa de ampliar o desenvolvimento no setor agrícola da região e de todo o Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 830

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao egrégio Tribunal de Contas do Estado, solicitando informações sobre os valores repassados às Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, principalmente os destinados a despesas com pessoal, nos anos de 1991, 1992 e até a presente data.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Os dados solicitados na presente proposição são para aprofundarmos os estudos sobre as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. Sem os dados necessários à pesquisa a ser concluída, não poderemos saber as reais causas do sucateamento destas Instituições.

#### REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, solicitando seja procedido estudos que viabilizem a criação e implantação de um programa de distribuição gratuita de vacina contra febre aftosa e brucelose, bem como a aplicação nos animais, aos micro, pequenos e médios pecuaristas paranaenses.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Objetiva tal requerimento preservar o gado bovino paranaense contra surtos de aftosa e brucelose, ao mesmo tempo em que se garante a produtividade e produção bovina paranaense, levando em consideração que a crise financeira também grassa no meio rural, onde os produtores continuam descapitalizados e não querem perder animais por conta de doenças que não podem, sem recursos financeiros, ser devidamente combatidas.

#### REQUERIMENTO N° 818

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja expedido ao Senhor Governador do Estado, expediente que se atenda ao seguinte Pedido de Informações:

1. Qual o relacionamento legal, que tipo de arranjo comercial existe entre a COPEL e a COCEL (Cia. Campolarguense de Eletricidade)?
2. Qua a duração deste contrato? Quando foi firmado?
3. Existe débito por parte da COCEL para com a COPEL?
4. Qual a origem, qual a composição quanto a valores, prazos, no caso de existir este débito?
5. Há plano negociado de quitação deste débito? Qual é?

Sala das Sessões, em 14.04.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**JUSTIFICATIVA:**

Temos tentado conseguir informações, tanto junto à COPEL quanto a COCEL e não conseguimos formar uma opinião quanto à situação legal e financeira do relacionamento existente entre ambas. Entendemos que é importante esclarecer a dúvida que foi suscitada por várias lideranças de Campo Largo. Daí, estamos formalizando este Pedido de Informações, na esperança de conseguir todas as informações necessárias para o pleno conhecimento do quadro atual e análise quanto ao mesmo!

**REQUERIMENTO N° 829**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Senhor Mário Pereira, Secretário Estadual dos Transportes, solicitando:

1. Existe algum programa, projeto ou estudo de recuperação e reativação do Porto de Antonina?
2. Em caso afirmativo, solicitamos cópia do mesmo e indagamos sobre a viabilidade técnica e econômica de investimentos e recursos para que o referido Porto volte a funcionar.
3. Para a reativação do Porto serão necessárias remoções de moradores da região próxima às suas atuais instalações? São terras sob jurisdição do Estado do Paraná ou da União?

Sala das Sessões, em 14.04.93

(a) DOUTOR ROSINHA

**REQUERIMENTO N° 841**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social - Deputado Durval Amaral, do seguinte Pedido de Informações:

1. Existem projetos em execução na Secretaria, prevendo a distribuição de recursos financeiros aos municípios e a entidades assistenciais do Estado?
2. Remeter, conforme o artigo 55 da Constituição do Estado, a documentação relativa aos projetos.
3. Quais os objetivos dos projetos?
4. Os projetos prevêm, além da distribuição de recursos financeiros, a distribuição de outros recursos?
5. Quais?
6. Quando estes projetos começaram a ser operacionalizados?
7. Enviar relatório da aplicação, desenvolvimento e resultados dos projetos referente ao período compreendido entre 01/06/92 a 15/04/93, especificando:

I - Municípios assistidos;

II - Entidades assistidas;

III - Valor e data dos recursos destinados a cada município e a cada entidade assistencial.

IV - Frequência da distribuição de recursos aos municípios.

V - Montante dos recursos aplicados em todos os projetos.

VI - Quais os critérios considerados para a distribuição de recursos aos municípios e às entidades assistenciais?

V - Através de quem são feitas as entregas desses recursos?

VIII - Onde acontecem os estudos que determinam a aplicação desses recursos e qual a fiscalização que está sendo desenvolvida para acompanhar a aplicação devida dos benefícios distribuídos pela Secretaria?

IX - Qual o valor previsto para ser aplicado na execução dos Projetos e até quando esses Projetos deverão ser mantidos?

Considerando as reclamações dos Prefeitos municipais a este Poder Legislativo quanto ao não atendimento às suas necessidades básicas.

Considerando a discriminação política-par-

tidária ao Povo dos municípios representados pelos Parlamentares desta Casa, numa flagrante agressão aos princípios democráticos.

**Considerando** a preocupação despertada nos Parlamentares e a necessidade de o Poder Legislativo estar sempre vigilante diante das ações do Poder Executivo, visando prevenir a corrupção e, quando necessário, punir os responsáveis pelo seu desenvolvimento, em qualquer aspecto, temos certeza de que nossos Pares, nesta Casa, não omitir-se-ão da discussão aprofundada da questão, pela gravidade que alcança. Só com os devidos esclarecimentos da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, poderemos agir com correção e lucidez diante dos fatos que, eventualmente, fiquem comprovados.

Sala das Sessões, em 14.04.93

(a) JOÃO PREIS

**Apoiamento:** Luiz Carlos Alborghetti, Lourenço Fregonese, José Alves, Mário Bezerra, Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Duílio Genari, Ademar Traiano, José Arthur Ritti, Ernani Pudell, Emilia Belinati, Nelson Garcia, Júlio Bifon, Basílio Zanusso, João Iensen, Dirceu Manfrinato, Plauto Miró Guimarães, Élio Lino Rusch, Luiz Carlos Martins, Colombino Grassano, Heinz Herwig, Nelson Justus, Geraldo Cartário, Nilton Barbosa, Luiz Antonio Setti, Cezar Silvestri, Antônio Annibelli, Doutor Rosinha, Severino Félix, Ovídio Constantino, Namir Piacentini, Paulo Maia, Luiz Henrique Bona Turra, Domingos Carvalho e um ilegível.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 127/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Estadual a reduzir em 3% (três por cento) da alíquota do ICMS, as empresas do Paraná que realizarem publicações de livros escolares, do 1° e 2° graus para serem distribuídos gratuitamente nas escolas do Paraná;

Art. 2° - No prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da presente lei, as empresas interessadas, mediante requerimento ao Secretário de Educação devem obter antecipadamente a autorização para as publicações, citando os nomes dos livros e respectivos autores;

Art. 3° - A Secretaria de Educação após a devida autorização, cujo prazo não poderá ultrapassar a quinze (15) dias após a entrada protocolada do requerimento do interessado, remeterá à Secretaria de Fi-

nanças a respectiva autorização, com cópia ao interessado;

Art. 4° - A redução de 3% (três por cento) do ICMS se dará no mês subsequente a entrega dos livros aos escolares, e até o final do ano letivo;

Art. 5° - Essa lei autorizatória entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

O processo de desenvolvimento econômico do Paraná no setor de incentivos fiscais passa por um processo pioneiro de renovações em materiais tributáveis, onde destaca-se a validade das iniciativas governamentais em diversas áreas de atividades.

A cada ano que passa, aumenta sensivelmente a população educacional do Paraná, criando para o Governo Estadual uma dificuldade maior na distribuição gratuita de livros escolares em todos os estabelecimentos do Estado.

Identificada a razão no processo educativo, sabe-se que o material escolar em toda a sua longa listagem tem sido a razão natural das famílias carentes consentirem na desistência de centenas de educandos a cada ano letivo.

Com a apresentação do presente projeto de lei, o Governador na sua plenitude jurídica tem condições de incentivar todo o empresário de qualquer natureza a realizar aplicações como investimento, com isso estará abrindo uma válvula para não deixar que os estudantes abandonem as escolas por falta de material escolar.

Quanto aos aspectos constitucionais, o projeto em si autoriza o Chefe do Poder Executivo Estadual, e está tecnicamente amparada na legislação vigente, conforme documentação em anexo, oriundo da própria Secretaria de Finanças, que confirma a plenitude de nossa iniciativa.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Bezerra.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa a presença do vice-Prefeito Leônidas Neto e do Vereador Antônio Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Será registrado. Também está na Casa o Vereador de Sarandi Roberto Calino Garcia.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os jornais estampam hoje uma notícia que já nos é conhecida, de algum tempo, sobre as consequências desastrosas do re-



lacionamento entre o Governador e o Poder Judiciário.

Tenho aqui uma reportagem do jornal Indústria e Comércio de hoje que traz a manchete:

#### MAGISTRADOS DECIDEM RETIRAR OS DEPÓSITOS JUDICIAIS DO BANESTADO

Dizem que não é represália, mas depósitos vão para BB e CEF (Luciane Viegas).

A determinação foi tomada numa assembleia no início deste ano, mas somente ontem os magistrados decidiram retirar os depósitos judiciais do Banestado. Este assunto voltou a ser discutido na última segunda-feira à noite num encontro no auditório da Associação dos Magistrados do Paraná, reunindo cerca de 200 juizes de Curitiba e Região Metropolitana. A partir de agora os depósitos serão feitos na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Ontem o presidente da AMP, Luís Cesar de Oliveira, disse que a decisão de manter ou não os depósitos no Banco do Estado do Paraná vai depender do próprio juiz. Na prática, o titular de cada Vara determina em que instituição bancária os depósitos devem ser efetuados. Tradicionalmente o Banestado vinha recebendo este dinheiro, mas pela legislação, todos os bancos oficiais estariam aptos, inclusive em alguns processos a prioridade é para a CEF e o Banco do Brasil.

Luís César evitou vincular a decisão dos juizes aos atritos com o governador Roberto Requião de Mello e Silva. Ele fez questão de frisar que não foi uma decisão da Associação e cada um dos juizes poderá fazer sua opção. Ontem, porém, os depósitos já não foram feitos no Banestado. Por enquanto os magistrados do interior do Estado não acataram a posição dos "Companheiros" da Capital, mas se não for decidida em breve a polêmica sobre os salários dos juizes, a situação pode se agravar ainda mais. Até agora os depósitos não foram ainda retirados do Banestado. Isto porque estão aplicados na poupança e depende da data de vencimento para serem transferidos para outro banco.

O Presidente da Associação não soube dizer ontem quanto representa, em números, os depósitos judiciais em todo o Estado. Falava-se em um terço de todos os depósitos em poupança do banco. Mas assessoria do Banestado garantiu que "não chega nem perto disso", apesar de não ter revelado o valor da movimentação "por motivos éticos". Ontem a reportagem deste I&C tentou falar com a diretoria do Banco sobre os prejuízos da retirada dos depósitos, mas ninguém quis se manifestar. No Palácio Iguaçu a informação era que o governador Roberto Requião de Mello e Silva estava em reunião.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: - A notícia de que a Magistratura Paranaense estaria determinando a retirada dos depósitos judiciais, das Agências do Banestado, para transferi-las à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil, como represália ao arrocho salarial comandado pelo Governador do Estado, é deveras preocupante.

Entendo que como reação humana, não se pode contestar a posição dos Juizes, se realmente isto for verdade, ou seja, de estarem transferindo os depósitos do Banestado para os Bancos da União. Todavia por tratar-se a questão de interesse público dos Paranaenses, incidiriam os Magistrados no mesmo erro e irresponsabilidade do Governador do Estado.

Faço desta tribuna um apelo aos Magistrados Paranaenses: Não aceitem as provocações e destemperos emocionais do atual Governador. O Banco do Estado do Paraná, não é e não será propriedade do Sr. Requião, que ascendeu ao Poder, enganando o eleitorado Paranaense. O Banestado como instrumento de governo, deve ser preservado, muito embora a insânia deste governante, tudo tenha feito para torná-lo mero instrumento político, inclusive agora, quando a denúncia de que estagiários do Banestado, estariam sendo recrutados para missões de militância política dos partidos que apoiam o Governador. O Banestado é do povo e não da família Requião.

O momento é da Magistratura demonstrar que o PODER JUDICIÁRIO, não sofre do mesmo mal que afetou o PODER EXECUTIVO, onde as loucuras do Governador, já são cantadas em prosa e verso.

Devem pois os juizes, agirem de maneira diversa do Governador, porque se este dispõe da coisa pública, como sua propriedade particular, como faz com o helicóptero que o leva a passear, como faz com a lancha do corpo de bombeiros que o leva a pescar, como faz com os aviões que o levam a politicar, ou como faz das próprias baías da Polícia Militar para tratar de seus cavalos, ou dos cargos e funções públicas para empregar sua família, proteger seus apaniguados, como Baião da Foice, numa demonstração de autoritarismo nunca visto no Palácio Iguaçu, caberia aos Magistrados, zelarem e demonstrarem à opinião pública, o quanto está errado este Governador.

Será da análise destes comportamentos, que nossa população poderá perceber com clareza, o quanto é hipócrita o discurso deste governador. Diz fanfarronices, prega honestidade, mas seu governo está repleto de denúncias de corrupção e desmandos.

Por isso, mais uma vez conclamo a briosa Magistratura paranaense para que não aceite as provocações do autoritarismo facista que infelizmente, por uma malan-



dragagem política, foi instalado no Paraná, e a custa de intensa e dispendiosa propaganda, vem desafiando a lei e a ordem pública deste Estado. A Justiça pode tardar, mas ela sempre haverá de se impor.

Quanto a este polêmico Governador, Srs. Deputados, fico com a lição do atual Papa, Paulo VI, que explica: "O demônio existe realmente e é "o tentador por excelência, o inimigo oculto que semeia erros e desgraças na história humana" pois sua malignidade "não é uma simples deficiência mas sim algo eficiente, um ser vivo espiritual, pervertido e persuasivo, uma terrível realidade, misteriosa e pavorosa".

Portanto, se o Governador não for o Capeta, verdadeiramente assume este papel, quando torna-se o agente provocador, o espírito persuasivo e esta terrível realidade de ter estabelecido o caos entre os poderes deste Estado. Se por obra também deste Governador, já foram até mortos policiais e sem-terras, não seja decretada a morte desta instituição financeira, propriedade do povo e Patrimônio do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Loureço Fregonese) -  
Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora Deputada Emilia Belinati, Senhores Deputados; hoje, pela manhã, conjuntamente com o Deputado Loureço Fregonese, nós tivemos na Superintendência do IBAMA do Paraná, tentando fazer com que S.Exa. o Governador deste Estado, através da Secretaria da Agricultura e da Secretaria do Meio Ambiente, fosse sensibilizado por aquilo que esta Casa, na pessoa do Deputado Anibal Khury, deste que vos fala e do Deputado mencionado, já antevimos há trinta dias passados o que iria ocorrer no dia de hoje.

Lá estiveram mais de uma centena de moradores do litoral. Lá esteve presente, ou melhor, lá estiveram presentes quase todos os homens de mandato eletivo do litoral do Paraná, demonstrando que, realmente, neste Governo, às vezes coisas que podem ser resolvidas são prolongadas, e chegam realmente a fatos que quase levam à força física e principalmente a erros que foram cometidos, como aqueles dos sem-terras, neste Estado. Hoje aquele aparato policial, aqueles homens que realmente querem trabalhar, aquelas pessoas que nada têm, a não ser o sustento de suas mãos pescando no litoral paranaense, lavrando as suas terras, estão impedidos de exercer realmente aquela condição mínima que é o sustento de sua casa. Encontramos uma saída técnica aonde o ajuste, o ajuste feito pelo IBAMA e pelo Governo do Estado, fez

com que um documento de um apoio técnico a ser exercido em parceria das duas Secretarias e do Governo, do IBAMA, fosse elaborado um documento. Logo em seguida a essa reunião o Deputado Fregonese, o Deputado que vos fala, estaremos em Palácio pedindo a assinatura de Sua Excelência, o Governador do Estado, para que ele como representante do Paraná tenha esse documento a validade para que possamos dar as condições mínimas de sobrevivência ao Litoral do Paraná. Tenho certeza, a imprensa que ali esteve, é testemunha de que esta Casa não foi omissa, e se omissão haverá no dia de amanhã, e algum fato grave irá acontecer, seja pela interdição da BR-277 que é o corredor de exportação, seja por fatos outros, será culpa exclusiva da Secretaria do Meio Ambiente do Paraná, porque o IBAMA da pessoa da sua Superintendência tem a melhor das boas vontades para a solução desse programa. Associo ao Deputado Fregonese que esta Casa, isenta com a participação que teve em episódios que vierem a acontecer, nós seremos os primeiros a cobrar a inoperância, a ineficiência, e principalmente o descaso do Meio Ambiente do Paraná com relação a mata atlântica e principalmente ao interior do Paraná. Hoje foi resolvido uma parte do Paraná, no próximo dia 20 teremos outra reunião subsequente a esta para resolvermos o restante do Paraná, que as serrarias, que as fábricas de palito, que as celulosas, que as fábricas de papel estão quase que parando em solo paranístico por falta de matéria prima porque os cortes pedidos não estão sendo autorizados.

Termino Senhor Presidente relatando um segundo fato que me traz à Tribuna, na presença do Ilustre Vereador que nos honra nesta Casa, o Vereador Angelo Pilatti Junior de Ponta Grossa, que tem sido um baluarte da defesa dos organismos policiais sediados na nossa cidade, do instituto médico legal e de outros, que conjuntamente com as representações desta Casa tem procurado solucionar a região dos Campos Gerais e a nossa querida...

O Sr. Bona Turra - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Se me for permitido no Pequeno Expediente com muito bom gosto.

O SR. PRESIDENTE (Loureço Fregonese) - No Pequeno Expediente não é permitido Deputado Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Infelizmente Nobre Deputado Bona Turra o Regimento não me permite. Mas finalizando Senhor Presidente, estamos entrando com Requerimento por-

que chega de Ponta Grossa ser despejo de preso de Londrina, de União da Vitória, que lá quando em motins a primeira coisa que fazem é lotar um ônibus e descarregar no presídio de Santa Maria de Ponta Grossa. Ponta Grossa não é despejo de preso de má comportamento. Nós estamos entrando com pedido no dia de hoje, ao Sr. Sec. José Tavares, para que retire da nossa cadeia pública aqueles presos que vierem recambiados de outros presídios do Paraná, porque eu acredito que despejo deve ser aqui na Penitenciária do Estado e não no presídio Santa Maria que já tem a sua superpopulação lá de presidiários ajuizados e ainda a serem comutados com pena.

Tenho certeza que esse Requerimento irá fazer com que Ponta Grossa, através do Machuca, do Toti, do Plauto, do Djalma, e principalmente o Domingos, que ali se situam, tenham também a presença de nós com força no Governo tirar de lá realmente aquilo que não é nosso e devolver às suas origens, e devolver ao Governo aquilo que é considerado um lixo nos presídios do Paraná. Obrigado Senhor Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Eu quero comunicar a V.Exa. e aos demais Deputados que nesta semana quando solicitamos em requerimento o levantamento das mortes violentas na Cidade de Maringá, dizia respeito ao comportamento da Polícia Civil. Quero informar aos Deputados desta Casa que, infelizmente, mais uma vítima foi feita pela Polícia Civil de Maringá, desta vez de um rapaz que estava preso pela primeira vez, sem antecedentes, foi morto dentro da cadeia de Maringá. O que significa que nossa suspeita deveria ser averiguada. Infelizmente não foi em função da bancala governista nesta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - Não há mais oradores no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Assente, passamos ao Horário das Lideanças.

BPI. (Declina)

RFL. (Declina)

RP. (Declina)

RL. (Declina)

RF. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O Paraná há muito tempo vem assistindo a verdadeira guerra verbal que o Governador Roberto Requião trava com o Poder Judiciário do Estado do Paraná. O Governador

do Estado, de todos nós conhecido pela sua língua afiada e pelas bravatas que desferre constantemente sobre seus adversários, reais ou fictícios que cria para justificar um governo que de concreto muito pouco tem feito no Paraná, o Governador incompatibilizou praticamente o Poder Judiciário com a população do Estado, ao denunciar as tentativas daquele Poder em autofixar os seus vencimentos em níveis elevados.

O Poder Judiciário do Paraná, de outro lado, tem invocado aquilo que chama a sua independência para utilizá-la também fixando os seus vencimentos em patamares que não são compatíveis com a realidade de penúria do Tesouro do Estado; incompatível até mesmo com o nível de degradação dos serviços públicos no Paraná e no País como um todo.

Posso dizer que as atitudes do Governador Roberto Requião, embora em alguns tempos merecesse análise e até mesmo uma certa aprovação, tem se perdido na sua legitimidade pelo método com que conduz este embate com o Poder Judiciário.

O Poder Judiciário, como resposta às acusações do Governador, enviou a esta Casa uma mensagem na qual fixa os vencimentos dos Srs. Desembargadores em pé de igualdade com os vencimentos dos Deputados Estaduais.

Sabemos ainda que a mensagem do Poder Judiciário, se aprovado por esta Casa, elevaria os salários dos desembargadores para mais de cem milhões de cruzeiros, porque além dos vencimentos básicos iguais aos dos Deputados, teriam as vantagens inerentes ao tempo de serviço e outras que são de praxe daquele Poder.

Quero dizer que o Governador Roberto Requião, num dos raros lances de lucidez, de inteligência, dado o clima de insanidade que assola o Palácio Iguaçu que hoje mais se parece com o Hospital Adauto Botelho, o Governador conseguiu colocar agora o Poder Legislativo numa situação incômoda. O Poder Legislativo assistia a esta discussão de camarote com o mesmo comportamento de Pilatos e, agora, o Governador Roberto Requião envia uma mensagem ao Poder Legislativo na qual fixa uma isonomia entre os secretários, entre os Deputados e Desembargadores.

Eu já vi manifestação do Ilustre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça dizendo que a medida é inconstitucional porque invade a competência do Poder Legislativo. Eu, data venia, quero discordar desse posicionamento. A medida do Roberto Requião, a sua proposta é do ponto de vista ético e moral correta porque fixa um limite no Estado do Paraná em termos salariais. Do ponto de vista do interesse público, do ponto de vista da moralidade administrativa, do ponto de vista da eco-

nomia o projeto é plenamente justificável, mais do que isso, o Governador do Estado também se amparou, nesse projeto, num dispositivo da Constituição Federal que estabelece um teto máximo para todos os salários numa determinada esfera administrativa, que é a diferença entre o maior e o menor salário que não pode ultrapassar vinte vezes. Então, nesse sentido, o projeto do Governador do Estado está perfeitamente adequado. No nosso humilde entendimento, há os dispositivos constitucionais também.

Agora, eu entendo que o Poder Legislativo terá duas posições a tomar. A primeira delas é cair no jogo do Governador do Estado e tomar a decisão que maioria hoje acredita que seja tomada: não dar guarida ao projeto do Governador, rejeitá-lo. E com esta atitude nós iremos, com certeza, sofrer prejuízos na imagem do Poder Legislativo muito grande. Eu entendo que o Poder Legislativo, nesta questão, deve abandonar a sua tradição de legislar em causa própria, de ficar ao lado dos interesses corporativos da nossa instituição, e devemos mostrar grandeza e desapego. Mas eu acredito que a atitude mais inteligente que Poder Legislativo deve tomar é exigir do Governador do Estado, já que ele se acha um grande estrategista, uma pessoa inteligente, uma contrapartida para aprovar a mensagem que envia a esta Casa. A contrapartida qual é? Primeiro é a revogação do decreto que instituiu a nossa data de aniversário como 1º de abril. Eu acho que esta é a primeira iniciativa. Em segundo lugar, nós teríamos que mostrar, também aí a sociedade paranaense, se o Governador está imbuído de boas intenções e pedir a ele que mande um outro projeto para esta Casa, acrescentando dispositivos nesse outro projeto que assegure ao conjunto do funcionalismo público estadual, além da isonomia que ele propõe, uma política salarial que vincule os reajustes do funcionalismo do Estado do Paraná aos índices da inflação pagos mensalmente. Eu acho que esta proposta o Poder Legislativo tinha que fazer ao Governador do Estado para que ele embutisse isso na sua mensagem.

O que nós não podemos admitir é que o Governador faça o discurso da moralidade, nós não podemos cair no jogo dele e nos incompatibilizarmos perante à opinião pública, e ele continuar reinando no Estado do Paraná, pagando salários da forma que bem entender aos funcionários, sem uma política salarial, sem respeito inclusive, aos Decretos Legislativos aprovados nesta Casa que fixavam data-base. Então nós queremos ver se o Governador do Estado realmente quer organizar a estrutura de pessoal deste Estado e os seus respectivos

poderes, criando a isonomia, estabelecendo um teto máximo para todos os salários, até aí nós concordamos, mas essa proposta tem que vir colada, condicionada a uma política de reajuste dos salários do funcionalismo público em índices mensais e iguais a inflação. Aí sim, eu entendo que a proposta será perfeita e deverá ser acatada por esta Casa.

Era esse o posicionamento da Bancada do Partido dos Trabalhadores com relação a essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua boa vontade.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, peço a palavra para registrar a presença nesta Casa de Leis do Prefeito de Farol do Oeste, Município novo e um dos Prefeitos mais novos do Estado do Paraná. A presença dele nesta Casa de Leis é uma honra para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Loureço Fregonese) - Registrado.  
PDT com a palavra.  
Declina.  
PMDB. Declina.  
PSDB. Declina.  
Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 066/93-SCE, subscrito pelo Senhor Presidente Superior do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando cópia de Ofício. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Ofício nº 1749/93, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 14 do corrente mês, em função de compromissos em sua região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se do País, por 09 (nove) dias, em função de participar da IV Convenção Latino Americana de Intercâmbio Cultural. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições nºs 001, 002, 003, 004, 005 e 006/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando destaque para o Projeto de Lei n° 277/92. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Muito embora eu não tenha feito por escrito, mas pediria a Vossa Excelência o atendimento no destaque para o item 05 e o item 06 da Ordem do Dia.

Já providencio o requerimento por escrito em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Loureço Fregonese) - Aprovado o destaque.

Raquerimento de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando para que seja em separado a votação da Proposição n° 005/93, bem como a Proposição n° 009/93. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

Atenção Senhores Deputados, teremos quatro votações na tarde de hoje. Primeiro: votaremos em bloco as Proposições 108/92, 001/93 e 004/93; após seguiremos votando a Proposição 105/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins; após a Proposição 005/93 seguiremos votando a Proposição 105/92 de autoria do Deputado Carlos Martins e após, Projeto de Lei - Proposição 005/93 da Deputada Lygia Pupatto e após, Proposição 009/93, do Deputado Toti Colaço.

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição n° 108/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 477/91, de autoria do Deputado Durval Amaral, que faculta a toda a pessoa residente no Estado do Paraná a autorização de doação de órgãos para fins de transplantes, consignados em sua carteira de identidade e habilitação. Com Relatório da C.C.J. **CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/DTL/SAT N° 332/92

Curitiba, 07.12.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 293/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 477/91, por julgá-lo, pela forma como está posto, contrário ao interesse público.

Objetiva o autógrafo instituir a faculdade da doação de órgãos passíveis de serem transplantados e disciplina a doação de medidas de ordem técnica, legal e bu-

rocrática, para a realização de tais doações.

Embora reconhecida a preocupação do autor sobre a matéria tratada, o projeto não pôde ser sancionado face a dois aspectos fundamentais que impedem a sua aprovação. O primeiro, atinente à instituição da faculdade da doação de órgãos, já encontra disciplinamento na Lei Federal n° 8.489, de 18 de novembro de 1992, posterior, portanto, à aprovação do projeto por esse egrégio Poder, e que trata da matéria de maneira mais abrangente, e com eficácia, logicamente, em todo território federal.

O segundo aspecto a ser considerado refere-se à consignação na Cédula de Identidade e na Carteira Nacional de Habilitação, das expressões autorizatórias para a remoção dos órgãos. Neste caso, se fosse o projeto convertido em lei pela sanção, conflitaria com a Lei Federal n° 7.116, de 29/08/83, que estabelece no § 1°, do art. 4°, que o Poder Executivo Federal poderá aprovar a inclusão de outros dados opcionais na Carteira de Identidade. Logo, não compete ao Estado adicionar elementos, além daqueles especificados ou decorrentes da supracitada lei.

Quanto à Carteira Nacional de Habilitação, também obedece a padrões nacionais, definidos pela Resolução n° 734, de 31 de julho de 1989, do CONTRAN, que já contempla, no art. 104 e seu parágrafo único, a pretensão do autor do projeto de lei em referência.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 477/91 foi publ. no D.A. n° 135 de 17.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 477/91

VETO APOSTO

P A R E C E R:

Em trâmite por esta Comissão para exame, a Proposição n° 108/92, conforme ofício DTL/SAT n° 332/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 477/91, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, objetiva instituir a faculdade da doação de órgãos passíveis de serem transplantados, consignada na cédula de identidade, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e na Carteira de Habilitação, expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito, a todos os maiores de idade, residentes e domiciliados no Estado do Paraná.

Apreciando o veto, constatamos que o mesmo ocorreu em perfeita consonância com

o artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, pertencendo ambos os dispositivos legais a Carta Magna Estadual.

Neste modo, esta Comissão de Constituição e Justiça, considera esta Proposição em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 223/92, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Departamento de Estradas a contratar diretamente serviço de mão de obra volante - bóia fria, para realização de obras de manutenção. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/D.L./SAT N° 401/92

Curitiba, 23.12.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 341/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 223/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar a contratação, sem licitação, de mão-de-obra volante (bóias-frias), para a realização de obras e manutenção das rodovias estaduais, diretamente pelo DER, ou em convênio com prefeituras, cooperativas ou sindicatos de trabalhadores rurais, bem como estabelece critérios para tais contratações.

A negativa de sanção ao projeto de lei em exame decorre, preliminarmente, da indiscutível inconstitucionalidade de que se reveste, ao contrariar os mandamentos expressos no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e art. 27, inciso IX, da Carta Estadual, que guardam entre si estreita simetria e que condicionam tais contratações ao atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, o que não se amolda ao caso em questão, pois, embora trate-se de matéria do mais alto interesse, não se pode classificar seu objeto como atividades eventuais ou temporárias, porque são de natureza permanente.

Além do que, a Constituição do Estado não admite este tipo de contratação sem a realização de teste seletivo, ressaltando

tão somente os casos de calamidade pública, o que, evidentemente, não configura a matéria tratada.

Cabe ainda lembrar que o questionado projeto trata da criação de empregos na esfera administrativa do Poder Executivo, matéria, portanto, de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 66 da Constituição Estadual.

Por outro lado, vale salientar que o questionado plano de lei, da maneira como está posto, contraria aos superiores interesses públicos, uma vez que se torna de difícil exeqüibilidade por vários aspectos. De início, peca em seu aspecto formal, confundindo conceitos jurídicos que dificultariam a aplicação da pretendida lei, como, por exemplo, ocorre no "caput" do art. 1º, quando dispensa de licitação a contratação de mão-de-obra volante para os serviços que especifica, visto que a própria Carta Estadual exige, para tanto, a realização de teste seletivo.

O art. 2º apresenta-se ininteligível, inibindo sua interpretação.

Outro aspecto a ser salientado refere-se à incompatibilidade existente entre o art. 3º e seu § 2º. Enquanto o "caput" do artigo estabelece que os empregados não terão vínculo empregatício com o DER, o § 2º assegura o pagamento de todos os encargos trabalhistas previstos pela legislação.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício  
(Projeto de Lei nº 223/92 foi public. no D.A. nº 117 de 18.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 001/93

P A R E C E R:

A presente proposição veto, de autoria do Sr. Governador do Estado, manifestado através do Ofício DTL/SAT/401/92, aposto ao Projeto de Lei nº 223/92, de autoria do nobre Sr. Deputado Nelson Garcia, que objetiva autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem a contratar diretamente, serviços de mão-de-obra volante (Boia-Fria) para a realização de obras de manutenção de estradas estaduais.

Procedida à análise da proposição, notamos que a iniciativa foi procedida dentro dos prazos constitucionalmente estabelecidos.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer, opinando pela apreciação da proposição veto em tela, pelo douto Plenário desta Ca-

sa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ROSSONI - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 004/93,  
Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei n°  
246/92, de autoria do Tribunal de Justiça  
- Of. n° 344/92, que cria o quadro próprio  
dos serventuários da Justiça do Estado do  
Paraná, e dá outras providências. Com Re-  
latório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM  
CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 001/93

Curitiba, 04 de janeiro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento  
do Ofício n° 377/92, dessa Presidência, e  
de levar ao conhecimento de Vossa Excelên-  
cia que, usando da atribuição conferida  
pelo art. 87, inciso VII, e na conformida-  
de do § 1°, do art. 71, ambos da Consti-  
tuição Estadual, vetei, parcialmente, o  
Projeto de Lei n° 246/92, por julgar a  
parte vetada contrária ao interesse públi-  
co, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a estrutura  
do Quadro de Pessoal das Serventias de  
Justiça do Estado do Paraná e adota outras  
providências, tendo veto parcial aposto  
incidido sobre as disposições do art. 13.

O não acolhimento ao mencionado artigo  
decorre do fato de ter o mesmo perdido seu  
objetivo, com o advento da Lei n° 10.219,  
de 21 de dezembro de 1992, que criou o  
Fundo de Previdência do Estado e que defi-  
niu a situação de todos os segurados da  
Previdência Estadual, inclusive a dos Ser-  
ventuários da Justiça, prevendo, ainda, as  
fontes de receitas e percentuais de des-  
contos, fato que tornou despropositado e sem  
qualquer sentido prático a norma ora veta-  
da.

Esses os motivos que me levaram a ve-  
tar parcialmente, o projeto de lei em epí-  
grafe, cujas razões submeto à elevada  
apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a  
Vossa Excelência os meus protestos de ele-  
vado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO N° 04/93

P A R E C E R:

Encaminhada a esta Casa pelo Ofício  
DTL/SAT n° 001/93, trata a matéria em epí-  
grafe de apor veto parcial ao Projeto de  
Lei n° 246/92, incidindo sobre as disposi-  
ções do art. 13, com a justificativa de o  
referido artigo ser julgado contrário ao  
interesse público.

A matéria atende aos dispositivos  
constitucionais e legais atinentes, razão  
pela qual julgamo-la em condições de ser  
apreciada pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

-Em discussão.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) -  
Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós  
temos aqui cinco vetos a projetos propos-  
tos, de autoria de Deputados desta Assem-  
bléia. Faço um apelo a todos os Deputa-  
dos, indistintamente de Partido, para que  
derrubemos o veto do governo, porque aí  
sim nós iríamos determinar a nossa autono-  
mia com relação ao Governo do Estado, por-  
que são projetos que passaram pelas Comis-  
sões técnicas da Casa, tiveram pareceres  
favoráveis, os Deputados aprovaram e o go-  
verno veta as leis dos Deputados. Quase  
todos os projetos de lei que passam pela  
Assembléia e que chegam ao governo, de au-  
toria dos Deputados, o governo veta. Quer  
dizer, é um desrespeito para com o Poder  
Legislativo. Então eu faço um apelo para  
que nós votemos favoráveis aos projetos  
dos Deputados que estão aqui inscritos na  
Ordem do Dia, que é o projeto do Deputado  
Luiz Carlos Martins, Durval Amaral que ho-  
je é Secretário de Estado, do Deputado  
Nelson Garcia, do Deputado Toti Colaço,  
Lygia Pupato, Dr. Rosinha, Ovídio Constan-  
tino. Vetemos favoráveis aos projetos,  
derrubemos os vetos de todos esses proje-  
tos que o governo manda do Palácio Iguaçu.  
Vamos votar todos os projetos, favoráveis  
aos Deputados, contra o veto. É o apelo  
que faço a todos os companheiros Deputa-  
dos.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) -  
Continua a discussão.  
Passaremos à votação.

A Mesa informa o processo de votação:  
para as proposições que constam na Ordem  
do Dia de n°s 02, 03, 04 - veto aposto aos  
projetos de lei, adotará o dispositivo pe-  
lo parágrafo 4°, artigo 71 da Constituição  
do Estado, ou seja, a votação será por es-  
crutínio secreto. Ao ser chamado pelo Se-  
nhor 1° Secretário, o Deputado deverá se  
dirigir à Mesa dos trabalhos, onde recebe-  
rá sobrecarta rubricada do Senhor 1°  
Secretário. A seguir, se encaminhará à ca-  
bine indevassável, em cujo interior se en-  
contram as cédulas de votação, contendo a  
expressão "SIM" e a expressão "NÃO". Os  
Senhores Deputados que forem favoráveis à  
manutenção do veto, deverão se manifestar  
votando com as cédulas que contêm a ex-  
pressão "SIM". Caso contrário, os contrá-  
rios à manutenção do veto, deverão se ma-

nifestar utilizando para votação, a cédula que contém a expressão "NÃO".

Solicito do Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do vereador Jair Ribeiro de Tupãssi, do vereador Bráulio de Mendonça, também de Tupãssi e do Senhor Isalino, Presidente de Conselho de Segurança de Tupãssi e do Prefeito Valdecir Racco e da Prefeita Cleonice Alves de Ouro Verde do Oeste.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Sr. Presidente, gostaria apenas de uma informação. O projeto que vai para votação agora é a proposição 105...?

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - São os itens 02, 03 e 04 da Ordem do Dia, proposições votadas no requerimento em bloco.

Responderam a chamada nominal 49 Srs. Deputados. Designo uma comissão composta pelos Deputados: Luiz Antonio Setti, José Artur Ritti, Arlindo Troian e César Silvestri para o escrutínio.

Votaram 49 Srs. Deputados. 29 Sim; 20 Não. Estão mantidos os vetos.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 105/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 277/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o dia do engenheiro de segurança no trabalho do Paraná. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 329/92

Curitiba, 07 de dezembro de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 285/92, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 277/92, por considerá-lo contrário ao interesse público em face de informação prestada pela Secretaria do Trabalho e da Ação Social de que significativos segmentos da classe a que faz referência desaprovam a medida.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 277/92 foi public. no

D.A. nº 140 de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO N° 105/92

PARECER:

A presente Proposição Neto, de autoria do Senhor Governador do Estado, manifestado através do Ofício do nobre Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, que objetiva instituir o dia do engenheiro de segurança no trabalho do Paraná.

Procedida à análise da Proposição, notamos que a iniciativa foi procedida dentro dos prazos constitucionalmente estabelecidos.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer, opinando pela apreciação da Proposição Veto em tela, pelo douto Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

Solicito do Senhor 1º Secretário a chamada para Votação Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Oswaldo Trevisan)  
Procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) -  
Quarenta e sete Senhores Deputados votaram.

Convoco uma comissão composta pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli e José Arthur Ritti para o escrutínio.

Quarenta e sete Senhores Deputados votaram.

Em branco, dois.

Sim, três, e quarenta e dois não.

Está derrubado o veto do Senhor Governador.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/93, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 290/92, de autoria dos Deputados Lygia Pupato, doutor Rosinha e Ovídio Constantino, que dispõe sobre o fornecimento de cópias de controle aos consumidores de serviços públicos, pela empresa do estado que realizam medicações à domicílio e dá outras providências. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 413/92



Curitiba, 28.12.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício nº 343/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 290/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Dispõe o autógrafo que as empresas de prestação de serviços pertencentes ao Estado, que efetuarem medições à domicílio, para fins de tarifação de consumo, deverão fornecer ao consumidor cópia da medição realizada, sem prejuízo da inscrição na respectiva conta de pagamento, e adota outras providências.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em questão decorre de pronunciamentos expendidos Companhia Paranaense de Energia - COPEL e Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, entidades da administração indireta do Estado, únicas que seriam atingidas pela pretendida medida. Ambas o consideram inconveniente, desnecessário e contrário ao bom andamento de seus serviços.

A COPEL asseverou que:

As leituras são anotadas em formulário específico (ROL DE LEITURAS), em que constam todos os consumidores de uma mesma data juntamente com dados de pré-consistência das leituras e outras informações necessárias para garantir um trabalho confiável e seguro.

Qualquer alteração no formulário para permitir que se deixe com os consumidores cópia das anotações feitas pelo leiturista na data da leitura implicará custos adicionais e aumento do tempo de cada leitura, com perda de produtividade, acarretando prejuízo para os consumidores.

Cabe ressaltar que informações muito mais detalhadas do que as determinadas no Projeto de Lei, incluindo tarifas, tributos, número do medidor, leitura atual e anterior, data da leitura, mensagens sobre segurança, eventual impedimento para realização de leituras e até histórico de consumo e média são fornecidos aos consumidores apenas 5 a 7 dias após a leitura dos medidores, na própria fatura de energia, sem nenhum custo adicional para a concessionária e para os consumidores.

Esses dados são ainda mantidos em arquivo eletrônico para consulta "on line" a qualquer momento, por um prazo de 14 meses.

Cabe ressaltar, ainda, que as datas de leitura informadas nas faturas são fixas, sendo antecipadas ou postergadas apenas quando caem em sábados, domingos e ferias-

dos, o que permite aos consumidores efetuar leituras de acompanhamento e controle a qualquer tempo, inclusive nas datas previstas para leitura pela concessionária.

A propósito, informações sobre como ler os medidores são encontradas no verso das faturas, mas os consumidores também podem obtê-las, com mais detalhes, se necessário, em nossos escritórios.

Por oportuno, transcreve-se, também, a manifestação da Companhia de Saneamento do Paraná.

"A SANEPAR através do seu inovador sistema microcomputador portátil que possibilita leitura e entrega simultânea da conta, já vem inclusive, extrapolando o objetivo do presente Projeto de Lei, pois além de fornecer a leitura executada apresenta todos os valores, além do que propicia ao usuário por ocasião da entrega da conta esclarecimento sobre quaisquer dúvidas.

Atualmente a SANEPAR tem o referido sistema implantado nas cidades de Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, representando um percentual de 40% para o próximo ano deveremos implantar nas cidades de Pato Branco, Paranavaí, Apucarana, Toledo, Umuarama, Guarapuava, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Colombo, Araucária, Cambé, Cianorte, União da Vitória, Piraquara, Campo Largo, Jacarezinho, Almirante Tamandaré, Arapongas, Sto. Antonio da Palotina, Telêmaco Borba, a partir do que teremos atingido um percentual em torno de 65% a nível de Estado.

A adoção de entrega da leitura ao usuário além de representar uma elevação nos custos, seu objetivo não traria muitos resultados práticos, pois normalmente para o usuário o que interessa são os valores e de posse somente da leitura o mesmo terá dificuldades em obtê-los.

Por outro lado nossos empregados que executam a atividade de leitura são treinados e freqüentemente reciclados, além de possuímos parâmetros para controle, o que praticamente elimina a margem de erro de lei".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 290/92, foi publ. no DA. nº 145, de 20.10.92).

Analisando o veto do Senhor Governador do Estado do Paraná, apostado ao Projeto de Lei nº 290/92, verificamos que o mesmo atende aos Dispositivos Constitucionais no que concerne a competência, prazo e motivo, constantes dos artigos 71 e 87, da Constituição Paranaense.

Assim sendo, o mesmo está em condições de ser apreciado por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, o veto que foi apostado ao nosso projeto na justificativa do Senhor Governador não coloca em nenhum momento que ele é inconstitucional, e nós queremos fazer o nosso parecer.

A justificação de veto pelo Executivo, vez que a emissão de uma cópia ao consumidor não implica em dispêndio de maior tempo, porque pode, perfeitamente, ser feita instantaneamente à anotação de leitura do consumo, pelo uso de carbono.

Quanto aos gastos alegados, estes são insignificantes, pois representa um papel a mais à integrar o bloco de leitura. O que importa é o direito do consumidor de fiscalizar os serviços públicos oferecidos, como preconizado no Código de Defesa do Consumidor, art. 4º, inciso II, III, V, os quais dispõem sobre a proteção de interesses econômicos por parte do Estado em benefício do público consumidor, determinando, inclusive o incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como mecanismos alternativos de solução sobre conflitos de consumo.

Ademais publicidade dos atos e serviços prestados pelo Estado é princípio basilar da Administração Pública (art. 37, "caput", da Constituição Federal).

Portanto, o projeto é constitucional, não implica despesas de grande montante nem consumo de tempo maior por parte de quem efetua a leitura. Está garantida a obrigatoriedade desse fornecimento no próprio Código de Defesa do Consumidor no seu Artigo 4º, inciso II, III, V.

Portanto, Senhora e Senhores Deputados, nós solicitamos a derrubada do veto do Senhor Governador, uma vez que não implica praticamente despesa nenhuma e favorece o controle do consumo por parte do consumidor e o controle do órgão do Estado, caso venha cometer qualquer deslize.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de convocar o Senhor 1º Secretário para a chamada dos Senhores Deputados, esta Mesa, mais uma vez, informa aos Senhores Deputados que para a manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contém a expressão SIM; os contrários, com a cédula NÃO. Lembrando, mais uma vez, que para a derrubada do veto serão necessários 28 (vinte e oito) votos com a cédula NÃO.

Com a palavra o Senhor Deputado Oswaldo Trevisan para proceder à chamada aos Senhores Deputados.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Convoco Comissão dos Senhores Deputados Luiz Antonio Setti, Renato Adur, Colombino Grassano, para que proceda o escrutínio da votação.

Votaram 45 (quarenta e cinco) Senhores Deputados.

Enquanto se processa o escrutínio dos votos esta Presidência informa os Senhores Deputados para que possam melhor programar as suas agendas de viagens que a Assembleia Legislativa na semana vindoura funcionará normalmente do dia 19 e 20 com sessões plenárias, quarta-feira dia 21 "Dia do Plebiscito" e quinta-feira não haverá sessões. Informo também o plenário porque já o fizera anteriormente, que o projeto de lei que trata da questão ligada ao ICMS de Foz do Iguaçu e Municípios que constituem Itaipu, não será incluído na Ordem do Dia de 19/04, mas sim no dia 26/04 outra segunda-feira.

A Mesa anuncia o resultado da votação:

23 - Não.

19 - Sim.

03 - Votos em branco.

Está mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/93, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 323/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo Estadual a isentar as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, de pagar as taxas mensais, relativas ao consumo de energia elétrica e água, cobradas pela SANEPAR e COPEL. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO EM PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 016/93

Curitiba, 14 de janeiro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 378/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo art. 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 323/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a isentar as associações de pais e amigos dos excepcionais do Estado do Paraná, do pagamento das taxas de água e energia elétrica.

O não acolhimento ao projeto de lei em questão decorre de pronunciamentos expedidos pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL e Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, manifestando-se ambas contrariamente à sanção do questionado projeto de lei, pelas razões adiante expostas:

A COPEL asseverou que:

"A Constituição Federal de 1988 prevê - como é de longa tradição no Direito Constitucional Brasileiro - que compete à União explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços e instalações de energia elétrica (art. 21, inc. XII. "b"). E, em consonância com esse preceito específico, ela atribui também competência privativa à União Federal para legislar sobre a matéria, conforme se conclui do disposto nos artigos 22, inciso IV, e 175, parágrafo único.

Já a partir do Código de Águas, promulgado em 1934, e de seus diversos diplomas legais complementares - em especial, quanto à matéria, o Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica aprovado pelo Decreto Federal n° 41.019, de 26.02.57 -, a legislação federal disciplina de forma exaustiva a prestação desses serviços.

Sendo a União o poder concedente, tal regulamentação se orienta pela diretriz de absoluta uniformidade, em âmbito nacional, na fixação das condições a serem observadas pelos concessionários em seu relacionamento com os consumidores.

Essa uniformidade é exigência legal que se aplica a todos os aspectos de prestação e utilização do serviço, desde o valor das tarifas a serem cobradas de cada uma das classes de usuários, até o direito destes perante o concessionário, as condições e prazos de atendimento e de pagamento, sanções por inadimplência e demais pormenores atinentes à matéria. Dispositivos específicos do Código de Águas (art. 180, inc. IV) e do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 41.019/57 (art. 164) vedam estabelecer discriminação entre consumidores da mesma classe (no caso da APAE, consumidores da classe comercial, serviços e outras atividades).

Os benefícios de natureza social, passíveis de serem atribuídos a consumidores carentes ou menos favorecidos, são exclusivamente os contemplados nessa legislação federal, traduzindo-se em valores tarifá-

rios mais benéficos e condições privilegiadas de atendimento e de cobrança.

O que se constata, em resumo, é que a sistemática constitucional vigente inadmitte a edição, pelos Estados, de legislação que interfira nos diferentes aspectos do relacionamento concessionário-consumidor dos serviços de energia elétrica.

Cabe ressaltar que a Carta Federal de 1988 introduziu inovação quanto à tributação das operações relativas a energia elétrica, sujeitando-se à incidência do ICMS, que, como se sabe, é imposto de competência dos Estados.

No Paraná, a matéria é disciplinada pela Lei Estadual n° 8933, de 26.01.89, e pelo Decreto Estadual n° 4.785, de 18.03.89.

Tal como ocorre quanto à regulamentação legal do fornecimento, essa legislação do Estado já contempla formas de adequação da imposição do tributo à capacidade econômica do contribuinte, instituindo, por exemplo, isenção para faixa de consumo menos significativa.

Finalmente, permitimo-nos lembrar que, além das APAEs, existem centenas de entidades de utilidade pública de natureza igualmente meritória no Estado do Paraná, que, segundo parece justo, não poderiam deixar de receber os benefícios do Projeto de Lei n° 323/92, caso este venha efetivamente a ser aplicado. Nessa hipótese, porém, é imperioso salientar que a COPEL não teria condições de arcar com o elevado ônus decorrente da medida preconizada."

Por oportuno, transcreve-se, também, a manifestação da Companhia de Saneamento do Paraná:

"O objetivo visado pelo projeto de lei em análise contraria o disposto nos arts. 49 e 50 do Decreto Estadual, n° 3926 de 17.10.88 (Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPAR), que estabelece:

"Art. 49 - Não serão admitidas isenções de pagamento de contas devidas à SANEPAR.

Art. 50 - A SANEPAR não prestará serviços gratuitamente ou com abatimento."

O projeto de lei em questão está ainda a violar a regra do art. 1092 da Lei Federal n° 3071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil) que preconiza:

"Art. 1092 - Nos contratos bilaterais, nenhum dos contraentes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro."

Assim, pela regra acima transcrita, nenhum usuário poderá exigir a prestação do serviço (abastecimento de água tratada) sem o pagamento do preço (da tarifa), mesmo que a cobrança ocorra após o fornecimento.

Aproveitamos, porém, o ensejo, para lembrar que a SANEPAR subsidia as entida-

des assistenciais que nela se cadastrem, nos termos do Decreto 6504, de 18 de janeiro de 1990.

Das entidades retro mencionadas, a SANEPAR cobra, por metro cúbico excedente ao mínimo, valor igual a 50% da tarifa correspondente à categoria "Utilidade Pública".

Desta forma, estamos contribuindo para amenizar as situações de carência das entidades assistenciais, no atendimento à política social deste governo."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 323/92, foi publicado no D.A. n° 155, de 03.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 323/92

P A R E C E R:

A Proposição n° 09/93, conforme Ofício DTL/SAT n° 16/93, veto aposto ao Projeto de Lei n° 323/92, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, que ora esta Comissão passa a analisar, objetiva autorizar o Poder Executivo a isentar as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, do pagamento das taxas de água e energia elétrica.

A negativa do acolhimento por parte do Poder Executivo, decorreu de pronunciamentos expedidos pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, a respeito da matéria ora em pauta.

Por outro lado, constatamos que o veto está rigorosamente em concordância com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos os dispositivos da Carta Magna Estadual.

Tais fatos levam esta Comissão de Constituição e Justiça, a considerar a presente proposição em perfeitas condições de ser apreciada pelo plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Sr. 1° Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Designo comissão constituída pelos Deputados Renato Adur, Edson Silva Lino, Ademar Traiano para proceder o escrutínio dos votos constantes da urna.

Quarenta e quatro votantes.

Atenção solicitada pelo Deputado José Alves, anunciamos a presença entre nós do vereador Levi Queirós, da cidade de Campo Mourão.

A Mesa anuncia o resultado do escrutínio. Dezenove votos não, vinte votos sim, e cinco em branco. - **Está mantido o veto.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 067/93, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 005/93, que transforma um Cargo de Provisão em Comissão de Denominação Chefe de Núcleo Regional, simbologia 1-C para Assessor, simbologia 1-C, na Estrutura da Secretaria do Trabalho e da Ação Social. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 054/93, de autoria do Deputado NEREU MOURA, corrige a redação do Art. 1° da Lei n° 9183, de 08.01.90, que criou o Município de Bom Sucesso do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. - **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 11, de 08.03.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 054/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, tem por finalidade alterar a redação do art. 1°, da Lei n° 9183, de 08 de janeiro de 1990, que criou o Município de Bom Sucesso do Sul.

Procedida à análise da matéria, cumprindo com os mandamentos contidos no § 2° e seus incisos I e II do art. 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, **in verbis:**

Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2° - À Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado, sobre recursos previstos neste Regimento, propor através de projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça e quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

I - criação de municípios;

II - incorporação, fusão e desmembramento de município.

Constatamos que a iniciativa legislativa visa tão somente corrigir dissentimentos encontrados no traçado do polígono

definidor das divisas territoriais do município de Bom Sucesso do Sul, pelas razões fundamentadas na justificativa da proposição.

Nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa do projeto, quanto aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, apenas para adequação à boa técnica legislativa, propomos alteração na forma do substitutivo geral anexo.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável na forma do projeto de lei que se apresenta em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE LEI N° 054/93

Artigo 1° - Altera o traçado do polígono definidor das divisas territoriais do município de Bom Sucesso do Sul, constantes do art. 1°, da Lei n° 9.183, de 08 de janeiro de 1990.

"Partindo do sentido sul-leste na localidade de Gramados e seguindo pela PR 469 até o trevo de acesso a Bom Sucesso do Sul, daí segue pelo acesso da PR-469 até o Rio Vitorino, daí desce até alcançar a divisa de Itapejara D' Oeste, até o Rio Santana, daí segue pelo Rio Santana até o Arroio Elias, segue pelo Arroio Elias até uma estrada, daí segue pela divisa do município de Renascença até o Rio Lambedor e seguindo pelo mesmo até o Rio Vitorino, daí pelo Rio Vitorino até o Lageado das Cobras, segue por este até seu entroncamento com a estrada de Gramados, segue por esta até o ponto de partida".

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoio: Nelson Garcia, Luiz Antonio Setti.

Sobre a Mesa, requerimento n° 831 de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 832, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 825, de autoria do Sr. Deputado Júlio Bifon, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 820, 821 e 822, de

autoria do Sr. Deputado José Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 839, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 827, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s 834 e 833, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 836 e 835, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 841, de autoria do Sr. Deputado João Preis, com apoio dos Srs. Deputados Heinz Herwig, Élio Rusch, Geraldo Cartário e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 829, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 818, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 797, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 830, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 054/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 327/91, 324/92, 373/92, 434/92, 032/93, 076/93 e 099/93.

Levanta-se a sessão

#### Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos onze dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na

Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão de Orçamento, com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Hermas Brandão, vice-Presidente da Comissão Executiva, verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, anunciando em seguida a realização da eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Nelson Justus e Djalma de Almeida Cesar, para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Nelson Justus agradeceu a deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, lavrei a presente ata, a qual após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS, DJALMA DE ALMEIDA CESAR, HEINZ HERWIG, NAMIR PIACENTINI, PLAUTO GUIMARAES, JOSÉ ALVES, GERALDO CARTÁRIO, HERMAS BRANDÃO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
3.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Antonio Setti, Oswaldo Trevisan, Nilton Barbosa, Nelson Justus, José Artur Ritti, Valdir Rossoni, Arlindo Troian, Antônio Costenaro Neto, Mário Bezerra, Toti Colaço, Emilia Belinati, Dalton Machuca e Paulo Maia. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberto a presente reunião, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la e discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 99/93 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 89/93 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 93/93 de autoria do Deputado Cesar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 88/93 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 5) Projeto de

Lei n° 106/92 de autoria do Deputado. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 42/93 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 21/93 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. O Deputado Relator, Toti Colaço, requer diligência - DEFERIDO; 8) Projeto de Lei n° 94/93 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 80/93 de autoria do Deputado Dalton Machuca. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 77/93 de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Parecer CONTRÁRIO da Deputada Emilia Belinati, FAVORÁVEL ao arquivamento - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 98/93 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 52/93 de autoria do Deputado Carlos Simões. O Deputado Relator, Dalton Machuca, requer seja devolvido ao autor para modificações - DEFERIDO; 13) Proposição Veto 12/93 do Poder Executivo de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 69/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 92/93 de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 41/93 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 17) Projeto de Resolução n° 01/93 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. 18) Projeto de Lei n° 100/93 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Artur Ritti - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 37/93 de autoria do Deputado Mário Bezerra. Concedido vistas ao Sr. Deputado Nilton Barbosa; 20) Projeto de Lei n° 433/92 de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 30/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 51/93 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 101/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Nelson Justus; 24) Projeto de Lei n° 87/93 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 431/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 26) Proposição Veto n° 15/93 do Poder Executivo, que veta

o Projeto de Lei n° 571/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 27) Proposição Veto n° 112/92 do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 274/92 de autoria do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 28) Projeto de Lei n° 19/93 de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 29) do Projeto de Lei n° 75/93 de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 30) Projeto de Lei n° 31/93 de autoria do Deputado Carlos Simões. Concedido vistas ao Deputado Nelson Justus. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIAO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, para deliberar sobre a Proposição n° 88/92, que trata da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1991, sendo Governadores os Senhores Alvaro Dias no período de 01 de janeiro a 14 de março e Roberto Requião de 15 de março a 31 de dezembro de 1991. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal usou a palavra o relator da Proposição, Senhor Deputado Arlindo Troian, que, acompanhando o Relatório do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na pessoa de seu relator Conselheiro João Feder, através da Resolução n° 10.836/92, protocolado nesta Assembléia sob n° 5822/92 em 27 de julho de 1992, opinou favoravelmente. Após exame da matéria pelos Senhores Deputados presentes à reunião, concluíram pelo Parecer Favorável - **Aprovado**, junto com o Relator, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da reunião, marcando a próxima quando da existência de matéria e, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida, aprovada e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Nilton Barbosa, Senhores Deputados presentes e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, na sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou a palavra o Senhor Presidente, Deputado Nilton Barbosa, declarando abertos os trabalhos da presente reunião, para apreciar a Proposição n° 014/93, referente a prestação de contas da dotação da Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1992, regulamentada pela Resolução n° 55/83 de 03 de outubro de 1983, tendo como Relator o Senhor Deputado Ademar Traiano com Parecer Favorável - **Aprovado**. A Proposição foi examinada e aprovada pelos Senhores Deputados presentes na forma de Projeto de Resolução. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando a próxima reunião quando da existência de matéria, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada, pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Nilton Barbosa, pelos Senhores Deputados membros da mesma e, por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) EMILIA BELINATI  
ADEMAR TRAIANO  
ANTONIO ANNIBELLI  
ARLINDO TROIAN  
BASÍLIO ZANUSSO  
CLEITON KIELSE  
NILTON BARBOSA - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIAO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Senhor Presidente da Comissão, Senhor Deputado Nilton Barbosa, que declarou abertos os trabalhos, comunicando os nobres Pares do recebimento nesta Comissão da prestação de contas da Verba de Representação de Gabinete, representada pela Proposição n° 117/84, dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1.992, tendo como Relator o Senhor Deputado Antônio Annibelli, que optou pelo PARECER FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por



unanimidade pelos Senhores Deputados presentes, conforme segue: Protocolo n° 2806/93 do Senhor Deputado Ademar Traiano; Protocolo n° 2807/93 do Senhor Deputado Albino Corazza Neto; Protocolo n° 2808/93 do Senhor Deputado Alceu Swarowski; Protocolo n° 2809/93 do Senhor Deputado Algaci Túlio; Protocolo n° 2810/93 do Senhor Deputado Anibal Khury; Protocolo n° 2812/93 do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto; Protocolo n° 2813/93 do Senhor Deputado Antônio Martins Annibelli; Protocolo n° 2814/93 do Senhor Deputado Arlindo Troian; Protocolo n° 2815/93 do Senhor Deputado Basílio Zanusso; Protocolo n° 2816/93 do Senhor Deputado Carlos Simões; Protocolo n° 2817/93 do Senhor Deputado César Silvestri; Protocolo n° 2818/93 do Sr. D Cleiton Kielse Crisóstomo da Silva; Protocolo n° 2819/93 do Senhor Deputado Dalton Machuca; Protocolo n° 2820/93 do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato; Protocolo n° 2821/93 do Senhor Deputado Dobrandino da Silva; Protocolo n° 2822/93 do Senhor Deputado Domingos Carvalho; Protocolo n° 2823/93 do Senhor Deputado Duílio Genari; Protocolo n° 2824/93 do Senhor Deputado Edson Silva Lino; Protocolo n° 2825/93 do Senhor Deputado Élio Lino Rusch; Protocolo n° 2826/93 da Senhora Deputada Emilia Belinati; Protocolo n° 2827/93 do Senhor Deputado Ernani Pudell; Protocolo n° 2828/93 do Senhor Deputado Erondy Silvério; Protocolo n° 2829/93 do Senhor Deputado Eurides Moura; Protocolo n° 2830/93 do Senhor Florisvaldo Fier; Protocolo n° 2831/93 do Senhor Deputado Geraldo Cartário; Protocolo n° 2832/93 do Senhor Deputado Heinz Georg Herwig; Protocolo n° 2833/93 do Senhor Deputado Hermas Brandão; Protocolo n° 2834/93 do Senhor Deputado João Arruda; Protocolo n° 2835/93 do Sr. Deputado João Preis; Protocolo n° 2861/93

do Senhor Deputado José Afonso Júnior; Protocolo n° 2836/93 do Senhor Deputado José Alves; Protocolo n° 2837/93 do Senhor Deputado José Arthur Ritti; Protocolo n° 2838/93 do Senhor Deputado José Colombino Grassano; Protocolo n° 2839/93 do Senhor Deputado José Durval Amaral; Protocolo n° 2840/93 do Senhor Deputado José Tadeu Lúcio Machado; Protocolo n° 2841/93 do Senhor Deputado José Tavares; Protocolo n° 2842/93 do Senhor Deputado Lourenço Fregoneze; Protocolo n° 2843/93 do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti; Protocolo n° 2844/93 do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti; Protocolo n° 2845/93 do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins; Protocolo n° 2846/93 do Senhor Deputado Mário Bezerra; Protocolo n° 2847/93 do Senhor Deputado Neivo Beraldin; Protocolo n° 2850/93 do Senhor Deputado Nelson Garcia; Protocolo n° 2849/93 do Senhor Deputado Nelson Justus; Protocolo n° 2851/93 do Senhor Deputado Nilton Servo; Protocolo n° 2852/93 do Senhor Deputado Orlando Pessuti; Protocolo n° 2853/93 do Senhor Deputado Ovídio Constantino; Protocolo n° 2854/93 do Senhor Deputado Paulo Maia; Protocolo n° 2855/93 do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães; Protocolo n° 2856/93 do Senhor Deputado Renato Adur; Protocolo n° 2859/93 do Senhor Deputado Toti Colaço; Protocolo n° 2860/93 do Senhor Deputado Valdir Rossoni e Protocolo n° 2858/93 do Senhor Deputado Severino Félix Pessoa. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Nilton Barbosa, Senhores Deputados e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária